

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Extrato da Ata da 2ª reunião – 2024

1) IDENTIFICAÇÃO:

Data/Hora/Local da Reunião:

01/03/2024 – 16hs – Videoconferência

Participantes (Membros):

Claudia Afanio - CIS.

Diogo Fraga Ferreira - SGSARS.

Diogo Sguissardi Margarida - CPEG.

Isabel de Loyola e Silva Guernieri - COSA.

Jadir Rocha Nunes Junior - NWEB.

Neryberto Loureiro da Silva - Chefe do Cartório da 145ªZE.

Andréia Roberta Mülling - GAB04.

Convidados: Thami Joanna Nascimento - CAE-010.

Pauta/Finalidade:

1. Audiência Pública;

2. CIEE;

3. Estagiários PcD.

2) DEBATE:

1. No dia primeiro de março às dezesseis horas Claudia Afanio deu início à reunião comunicando sobre a audiência pública agendada para o dia sete de março, com foco no aumento das candidaturas e da atuação de pessoas com deficiência nas eleições. Destacou a importância da participação de todos os membros da comissão e informou que haverá uma fala da comissão no evento. Foi mencionado que Neryberto Loureiro da Silva não poderá comparecer e Claudia solicitou que alguém o representasse na mesa de autoridades. Sandra ressaltou a importância de ter um representante PcD, e foi decidido que Andréia Roberta Mülling assumiria essa responsabilidade. Claudia passou a palavra para Neryberto, que explicou sua breve presença na reunião devido a um imprevisto.
2. Foi discutida a solicitação do CIEE sobre os tipos de deficiência que o tribunal está preparado para lidar. Diogo Fraga Ferreira expressou preocupação com a especificação de tipos de deficiência, defendendo uma abordagem inclusiva. Andréia concordou, enfatizando a diversidade entre as pessoas com deficiência. Jadir Rocha Nunes Junior sugeriu acordos individuais durante as entrevistas com PcDs para atender às suas necessidades. Thami Joanna Nascimento também se opôs à especificação de tipos de deficiência, sugerindo que adaptações podem ser feitas facilmente. Sandra mencionou a resistência entre os colegas e a necessidade de quebrar preconceitos gradualmente. Diogo Margarida expressou preocupação com a capacidade do tribunal de adaptar os

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

estagiários PcDs e destacou a importância de considerar as habilidades individuais. Andréia enfatizou a necessidade de uma abordagem individualizada e citou o exemplo de sua sobrinha com baixa visão. Neryberto ressaltou a importância de dar oportunidades às pessoas com deficiência e adaptar a administração para promover acessibilidade. Claudia compartilhou a ideia de realizar um café cultural com um juiz autista e sugeriu campanhas para demonstrar a viabilidade de contratar estagiários PcDs. Andréia propôs verificar com a gestão de pessoas a possibilidade de retirar o requisito de informar a deficiência durante a contratação, com apoio da comissão, sugeriu ainda, subsidiariamente, caso não acatada a primeira opção pela Alta Administração, solicitar que as informações de impossibilidade de receber estagiários sejam repassadas à Comissão. Neryberto manifestou preocupação com a obrigatoriedade dos servidores participarem do "sentindo na pele", sugerindo que fosse direcionado apenas aos gestores. Diogo Margarida lembrou que essa iniciativa já está no plano de gestão do presidente. Andréia destacou a importância de realizar o projeto fora do período eleitoral.

3. Claudia finalizou a reunião, agradecendo a participação de todos.

3) DELIBERAÇÕES:

Assuntos

1. Foi deliberado que Andreia Mulling representaria a comissão na mesa de autoridades durante a audiência pública sobre candidaturas e atuação de pessoas com deficiência (PcD) nas eleições

2. Foram sugeridas diversas propostas para promover a acessibilidade, incluindo a realização de um café cultural com um juiz com autismo, campanhas para demonstrar a viabilidade de contratar estagiários PcDs e a verificação com a gestão de pessoas sobre a possibilidade de retirar o requisito de informar a deficiência durante a contratação.

3. Houve discussão sobre a implementação do projeto "Sentindo na Pele", com sugestões para direcioná-lo principalmente aos gestores e realizá-lo fora do período eleitoral.

4) ENCERRAMENTO:

Concluídos os trabalhos, eu, Claudia Afanio, Assessora de Inovação e Acessibilidade, lavrei a presente ata que, conforme deliberado, será publicada na Intranet e seu extrato será publicado na página de Internet deste Tribunal.